



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

CCJ  
para os devidos fins.

Em 22/11/2022

C. B. Rodrigues  
Conceição de Maria Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

FRANCISCO LIMA  
para relatar.

Em 22/11/2022

[Assinatura]  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER À MENSAGEM Nº 76, PLOG Nº 49 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2022.**  
**PROCESSO (PROTOCOLO) AL Nº \_\_\_\_\_/2022**

**RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA**

**I - RELATÓRIO E VOTO**

Foi enviada para a relatoria deste Deputado, a Mensagem 76 de 2022, do Governo do Estado dispendo sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 49 de novembro de 2022 que tem a seguinte ementa: **"RECONHECE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DO PIAUÍ, AS ATIVIDADES TRADICIONAIS DE COLETA E QUEBRA DE COCO BABAÇU, BEM COMO OS PRODUTOS DELAS DECORRENTES E SEU MODO TRADICIONAL DE PRODUZIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Projeto de Lei objetiva reconhecer por meio de Lei, como patrimônio cultural do Estado do Piauí as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, os produtos dela decorrentes e seu modo tradicional de produzir e atende ao anseio das quebradeiras de coco babaçu organizadas em torno do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

Em sua justificativa, o Executivo visa dar garantias às atividades tradicionais da coleta e da quebra do babaçu no estado através do livre acesso das quebradeiras de coco bem como de seus familiares que exerçam atividades de coleta e quebra do coco em regime de economia familiar e de acordo com o modo de vida tradicionais destas comunidades (art. 3º).

Pela proposta, o acesso também se dará pela destinação e titulação, em caráter comunitário e inalienável, de terras públicas e devolutas estaduais, da aquisição de áreas pelo Estado do Piauí com a finalidade de serem doadas e tituladas para as comunidades tradicionais de quebradeiras de coco e da criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e a formalização de Servidões de uso (art. 5º).

A proposição ainda prevê a proibição de atos, inclusive com a cominação de multa, que visem a degradação ambiental das áreas de babaçuais bem como de práticas de manejo e uso dos babaçuais pelas comunidades, com o intuito de promover o uso sustentável da palmeira e sua aplicação será imediata após o início de vigência da Lei, independentemente de elaboração de plano de manejo.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Lima**

O projeto prevê ainda a criação de um fundo para a preservação das palmeiras de coco babaçu, onde a utilização dos recursos destinados ao fundo será definida, obrigatoriamente, mediante consulta prévia às comunidades quebradeiras de coco (art. 12) e de uma Comissão de Monitoramento da Lei do Babaçu Livre, composta majoritariamente pelas entidades representativas das quebradeiras de coco, demais povos tradicionais e de agricultores e agricultoras familiares (art. 17).

Sobre o tema, as quebradeiras de coco babaçu desenvolvem suas atividades produtivas no extrativismo do babaçu e na agricultura familiar. Culturalmente, as quebradeiras de coco percorrem os babaçuais em busca dos frutos cujo produto principal é a amêndoa. Atualmente, as quebradeiras de coco estão organizadas em associações, cooperativas e tem como representante bastante atuante aqui no estado do Piauí o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), realizam exportações de óleo para o exterior, comercializam com o sul do país, organizam diversas unidades de aproveitamento integral do babaçu.

O Projeto de Lei, portanto, reveste-se de grande interesse público e social por trazer maiores garantias a direitos já declarados e reconhecidos das mulheres quebradeiras de coco babaçu e à preservação dos babaçuais.

Passando a análise sobre a constitucionalidade do referido projeto, observo que o mesmo encontra-se de acordo com o art. 75, da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa bem como quanto ao teor da matéria objeto desta proposição.

A proposição também está em consonância com os art. 1º e 2º da Lei Estadual nº 4515/92 que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Estado do Piauí quanto ao objeto.

*Art. 1º. O Patrimônio Cultural do Estado do Piauí é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade piauiense e que, **por qualquer forma de proteção, prevista em Lei, venham a ser reconhecidos como valor cultural, visando à sua preservação.***

*Parágrafo Único. Integram, ainda, o Patrimônio Cultural do Estado, nos termos desta Lei, o entorno dos bens tombados, **os bens declarados de relevante interesse da cultura e as manifestações culturais existentes.***

*Art. 2º. Os bens e as manifestações de que trata esta Lei poderão ser de qualquer natureza, origem ou procedência, tais como: históricos, arquitetônicos, **ambientais**, naturais, paisagísticos, arqueológicos, museológicos, etnográficos, arquivísticos, bibliográficos, documentais ou quaisquer outros de interesse das demais artes ou ciências.*

Observa-se também que a proposição de lei ordinária não encontra quaisquer óbices constitucionais e infraconstitucionais, nem vícios formais e materiais de inconstitucionalidade. Da mesma forma que tampouco requer reparos quanto à Técnica Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí  
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

No que toca as disposições regimentais, observa-se que o projeto de lei cumpre os ditames dos artigos 96, I, 105, III e 106 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, observado em todos os seus termos.

Ante o exposto, entendendo que não há impedimento quanto à sua legalidade, juridicidade e técnica legislativa, minha manifestação é **favorável a Constitucionalidade** do referido projeto.

**II – DO PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

( ) Pelo **acatamento do voto do relator** ( ) Pela **rejeição do voto do relator**,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 22 de novembro de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, 22/11/2022
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça